

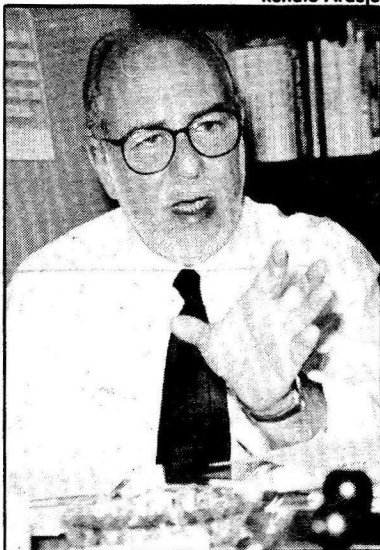
Governo perde US\$ 21 bilhões com dívida ativa e ações contra União

MARIZETE MUNDIM

O governo poderia dispor de US\$ 21 bilhões — mais do que qualquer reforma tributária poderia carrear aos cofres públicos — se resgatasse todos os créditos inscritos na dívida ativa e ganhasse todas as (cerca de 70 mil) ações contra a União que tramitam atualmente nos tribunais, segundo levantamento recente da Procuradoria da Fazenda Nacional. O hábito de recorrer à Justiça para não pagar impostos, mesmo tendo que depositá-los em juízo até a decisão final, tem aumentado entre as pessoas jurídicas. De janeiro a julho, último levantamento disponível, os depósitos em juízo somavam US\$ quatro bilhões.

O procurador da Fazenda Nacional, Edgard Proença, admitiu ao **Jornal de Brasília** que a conversão destes depósitos em créditos para a União é um processo moroso e, em causas menores, a União acaba gastando mais nas custas do processo do que o valor a receber. Mas adiantou que a Procuradoria está realizando um trabalho de agilização dessas ações para que os créditos depositados em juízo cheguem mais rapidamente aos cofres do Tesouro Nacional. Este trabalho já começa a apresentar resultados: em janeiro, a Procuradoria conseguiu converter em créditos depósitos judiciais de R\$ 65,58 milhões; em julho, os resultados já foram bem melhores e baerem em R\$ 132,35

Renato Araújo



Proença: São Paulo é campeão milhões.

Segundo os dados da Procuradoria, o campeão em ações contra a União é o estado de São Paulo, que sozinho é responsável por depósitos judiciais de R\$ 5,2 bilhões. O Distrito Federal, apesar da atividade industrial residual, ocupa o terceiro lugar, logo abaixo do Rio de Janeiro, e seus depósitos judiciais chegam a R\$ 1,3 bilhão. Proença explicou esta colocação. São são ações contra o Ministério da Fazenda que têm de ser ajuizadas em Brasília". Geralmente estas ações questionam a constitucionalidade de impostos recém-criados.

Historicamente, a dívida ativa da União gira em torno de 1% do

Produto Interno Bruto (PIB), o que daria cerca de US\$ 4,5 bilhões. Este ano, entretanto, fatos específicos fizeram com que esta dívida crescesse para R\$ 7 bilhões. Proença explicou que foram inscritos na dívida ativa débitos de R\$ 3 bilhões relativos a financiamentos do Finex e Proex (antigos programas de incentivo às exportações), que o Banco do Brasil vinha tentando cobrar há anos, sem sucesso. "Nós só recebemos o osso, aquilo que ninguém conseguiu cobrar", ironiza o procurador da Fazenda.

Estes R\$ 7 bilhões correspondem a 250 mil ações fiscais inscritas na dívida ativa e, para acompanhar essa verdadeira fábrica de processos, a Procuradoria dispõe de apenas 300 procuradores em todo o País. Proença lembra que, além da morosidade do processo judicial, a falta de quadros suficientes faz com que a conversão desta dívida em crédito seja mais demorada do que o desejável pelo governo. Ele pretende discutir com a Advocacia Geral da União e com o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, a realização de um novo concurso para prover a Procuradoria de quadros adequados à sua função. "Nossa idéia é promover concursos regionais para atender às necessidades de cada região. São Paulo e Distrito Federal, por exemplo, são regiões que têm carência de pessoal", resumiu o procurador.